

2-x

UCP Resistência Popular - S. Cristóvão - Montemor

Novo

Trabalheiros freixam-se da frialdade da entrega prevista para amanhã - têm medo do que possa vir a acontecer, desde a proximidade dos acontecimentos que culminarem com a morte dos trabalhadores. Lamentam-se de como tudo tem pido o seu para eles, de governo para pov. - nunca até aqui tudo mudou efusivo

D.N. 17-x-79

Anulados alguns despachos sobre entrega de reservas

Alguns despachos do Governo anterior, que dizem respeito a processos de entrega de reservas no âmbito da Reforma Agrária, foram anulados por serem julgados, na actualidade, ilegais. Novas instruções foram transmitidas aos serviços do MAP, nesta matéria, através dum despacho interno da Secretaria de Estado da Estruturação Agrária.

O titular deste departamento de Estado, Domingos Gaspar, disse, em entrevista à Televisão, que estão a ser reexaminados todos os despachos sobre entrega de reservas assinados na vigência do IV Governo.

«Quando a actual equipa do MAP tomou posse», informou o secretário de Estado da Estruturação Agrária, «quis averiguar da forma como os processos tinham sido instruídos e dos elementos que serviam de suporte às decisões finais nos despachos que existiam.»

«Porém», revelou Domingos

Gaspar, «quer a Direcção Regional do Alentejo quer o Instituto de Gestão e Estruturação Fundiária não puderam garantir que a lei não estaria violada em todos os casos.» «Por tanto, havia casos em que a lei estaria violada e, noutros casos, poderia não estar», salientou.

«O secretário de Estado», frisou Domingos Gaspar, «não poderia correr o risco de, enquanto durar a acção deste Governo, mandar executar, entregar as reservas com a dúvida de que a lei estivesse violada.»

«Pedi-se à Direcção Regional do Alentejo que informasse, caso a caso, quais os processos em que se verificaria legalidade para a entrega das reservas e foram apontados 34 ou 35 situações, a que foi dado seguimento. Quanto aos restantes processos, já ofereciam dúvidas sobre se haveria ou não violação da lei», explicou o secretário de Estado.

«Formou-se, depois, uma comissão constituída por repre-

sentantes da Direcção Regional e do Instituto de Gestão Fundiária, presidida pelo auditor jurídico do Ministério da Agricultura, comissão essa que analisará os processos e averiguará se existe ou não violação da lei», explicou aquele membro do Governo. «Nos casos em que haja violação da lei, o secretário de Estado, dentro da sua competência, pode e irá revogar os despachos. Nos casos em que não houver, as reservas demarcam-se e serão entregues», esclareceu Domingos Gaspar.

O secretário de Estado referiu, ainda, que «existe a preocupação fundamental de garantir às partes envolvidas, tanto aos reservatários como às unidades colectivas e cooperativas, que haverá um rigoroso cumprimento da lei nos seus pormenores, sendo posto em prática um método de trabalho muito mais escrupuloso de forma a que a certeza jurídica na aplicação da legislação subsista.»

15-x

Lino de Cavalho - telefonou - insistiu em ser recebido pelo 1º viu. - como não é possível, pedem para o ser pelo chefe de falicete
tel. 27342 - Évora

